



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

PROPOSIÇÃO DE UMA AÇÃO PEDAGÓGICA A PARTIR DE RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELO HORIZONTE (MG)

Anderson Rodrigues Ramos¹

Priscila Tamiasso-Martinhon²

Resumo

Dizer que todos são iguais pode ser bonito na teoria, mas na prática deixa invisível quem mais necessita de nós. Não estamos preparados para um aluno diferente até que ele aparece em nossa sala. E as vezes o simples exercício da empatia pode nos incitar a sair do nosso local de comodidade e produzir ações. Esse é o caso da aluna Leila (nome fictício) que será apresentado. Através de conversas buscamos conhecer das pessoas mais próximas de Leila relatos de suas experiências e a sua visão do seu relacionamento com a escola. As falas vêm acompanhadas de uma breve discussão sobre alguns pontos importantes como o papel do poder público e formação docente. Tendo como ponto de partida as ideias de Mantoan e Boaventura, a ação que propomos para a escola é a criação de um grupo dentro do espaço escolar que se dedicará a trazer questões, compartilhar experiências e propor ações para os alunos com necessidades especiais. A intenção do grupo é agir como uma força coletiva em busca de melhorias na acessibilidade da escola, respondendo a uma demanda e construindo uma escola verdadeiramente de todos, menos seletiva e menos presa a transmissão/reprodução de conteúdos.

Palavras-chave: Inclusão escolar; formação de professores; acessibilidade.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEQui/ UFRJ). Licenciado em Química, UFRJ. E-mail: rdgs.anderson@gmail.com.

² Doutora em Ciências, UFRJ. Docente do CEEQuim/ UFRJ; do PROFQUI/ UFRJ e do PEQui/ UFRJ. Pesquisadora do GIEESAA/ UFRJ e do NAB/ UFF. Coordenadora do Grupo Interinstitucional e Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências (GIMEnPEC/ UFRJ). E-mail: pris-martinhon@hotmail.com.

Introdução

Em outubro de 2017, o biofísico suíço Jacques Dubochet recebia com mais outros dois cientistas o Nobel de Química daquele ano, por sua pesquisa em uma técnica que permite observar biomoléculas em alta resolução, o que até esta descoberta era impossível. Em uma entrevista concedida horas após o prêmio, o cientista declara que sua formação escolar foi complicada devido a uma peculiaridade que o fazia obter resultados ruins em todas as disciplinas. Em trecho do currículo oficial na página da Universidade de Lausanne, o pesquisador escreve “primeiro dislético oficial do cantão de Vaud (Suíça). Isso possibilitou ser ruim em tudo... e entender aqueles que tinham dificuldades” (EFE BRASIL, 2017).

Ao comentar publicamente e inclusive colocar em seu currículo acadêmico sua condição, o vencedor do maior prêmio que a comunidade científica atribui para um dos seus, abre os nossos olhos para um personagem: a pessoa com especificidades funcionais que também pode ser cientista. Dubochet também relatou que na sua infância teria sido impossível imaginar que chegaria a ser um cientista tão importante porque a sua dislexia gerava dificuldades de aprendizagem. E por que é importante comentar isso?

Formei-me no ensino médio em 2010, iniciei o ensino superior em 2011, fiz graduação sanduíche no exterior pela Universidade de Coimbra (Portugal), concluí a formação no curso de Licenciatura em Química da UFRJ em 2017, e por fim fui aprovado no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Química da UFRJ (PEQui/UFRJ) em 2018.

Digo isso para reportar que durante todo esse tempo de formação, houve apenas três momentos em que tive contato com portadores de deficiência: no Colégio Pedro II através do Núcleo de Atenção a Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), durante uma passagem pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e no presente momento ao chegar à pós-graduação. Eu sequer havia cursado alguma disciplina no curso de licenciatura relacionada à educação especial e por essa contingência essas questões passaram despercebidas. Nunca me questioneei sobre como a escola pública atua para fornecer às pessoas com deficiência as condições necessárias para que elas se mantenham na instituição. Nessa perspectiva a fala de Abramowicz me inspirou:

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro.

A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre (ABRAMOWICZ apud MANTOAN, 2006).

A reflexão acerca do espaço da pessoa que apresenta algum tipo de deficiência no contexto do sistema educacional é uma temática que ainda carece de discussão no que concerne ao desenvolvimento de políticas ou dispositivos que assegurem não somente o acesso, mas também, a sua permanência e conclusão que são tão importantes quanto. Para tal é necessário que se conheça esse sujeito, suas necessidades e a partir disso construir esse suporte. É uma longa caminhada que se inicia a partir desse tipo de discussão, reconhecendo as particularidades de cada situação.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9.394/96, Art. 2 (BRASIL, 1996) diz que a educação, sendo um dever da família e do Estado, tem como propósito o preparo do educando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Alinhado a isso temos a lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 53 em seus incisos I, II e III que expressa:

[...] a criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício de sua cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- direito de ser respeitado pelos seus educadores; III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores (BRASIL, 1990).

Já no inciso I identifica-se o ponto central da nossa discussão: igualdade nas condições de acesso e permanência. Entretanto, isso acaba sendo absorvido pelo discurso “somos todos iguais” sendo deturpado de modo que legitima e perpetua a homogeneização do sistema escolar. É interessante notar que mesmo com os atuais dispositivos legais, a questão da inclusão está muito aquém do que a realidade exige, precisando de mais debates e tão importante quanto, de ações eficazes.

Por exemplo, não existia no país uma política educacional em âmbito nacional de identificação e acompanhamento de crianças com deficiência até 2014 quando foi instituído o Plano Nacional da Educação (Lei 13.005/2014) e ainda faltam métodos que sejam capazes de mapear e avaliar a evolução desses alunos de maneira eficaz (MEDEIROS, 2017).

Metodologia

O presente trabalho consiste em relatos de experiência obtidos através de entrevistas, enquanto mestrando do curso de Ensino de Química, do Instituto de Química (IQ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente do estado de Minas Gerais e membro do Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Arte (GIEESAA). O tempo de convivência, apesar de curto, forneceu algumas reflexões que dão margem a discussões mais profundas acerca do tema educação inclusiva.

O trabalho inclui um levantamento bibliográfico em bases de dados (SciELO, *Web of Science*, Portal de Periódicos Capes) e teses e dissertações (Catálogo de Teses e Dissertações Capes); pertinentes ao tema em questão. Um relato de experiência consiste na descrição de experiências vivenciadas, cujo foco é colaborar de algum modo para uma área de atuação específica. Deve possuir informações e considerações que a vivência trouxe ao indivíduo. Além disso, o relato deve ser contextualizado, objetivo e com apoio teórico (CASTRO; NOVO, 2018).

Ponto de partida

Comecei a trabalhar no estado de Minas Gerais em fevereiro de 2019 na Escola Estadual Mendes Pimentel, localizada no bairro Fernão Dias na cidade de Belo Horizonte (MG). Na escola sou responsável pelas turmas de Química de 1º e 2º ano do Ensino Médio que conta com alunos entre 14 e 17 anos de idade. Dentre eles quero destacar uma aluna em especial, doravante nomeada Leila (nome fictício). Leila tem 16 anos e está matriculada no 2º ano do ensino médio da escola.

Nos primeiros dias minhas aulas correram tão regulares quanto poderiam ser em uma escola pública estadual. A dinâmica era sempre a mesma: chegar à sala, explanar o conteúdo, fazer a chamada e seguir para a próxima aula. Na primeira aula para as turmas do segundo ano, segui o mesmo protocolo: entrei em sala, fiz a chamada, e ao chamar o nome da Leila e ao não ouvir resposta, assinaliei falta no meu diário. Na segunda aula o procedimento foi repetido. Foi então que a professora Vanessa (nome fictício) veio até mim e comentou que quando eu fizesse a chamada e falasse o nome “Leila” (aspas do autor) que desse uma olhada para a turma. Nesse

dia eu descobri a Leila em minha sala e a partir desse momento eu percebi que as coisas teriam que ser diferentes em sala, por conta da sua presença. Leila me motivou a pesquisar sobre metodologias de ensino inclusivo. De imediato ficou claro que a estratégia deveria envolver as pessoas mais próximas da discente. Para obter mais informações sobre a aluna, solicitei e gravei duas conversas com a professora Vanessa (que a acompanha nas aulas) e Valéria (mãe de Leila), lembrando que são todos nomes fictícios. A transcrição desse material está no apêndice desse artigo.

Conversa n° 01: Dialogando com a professora de apoio

O primeiro relato que quero apresentar é o de Vanessa, professora de apoio que acompanha Leila durante as aulas. O primeiro trecho da conversa que gostaria de destacar fala sobre a vivência de Vanessa como professora de apoio:

Para o meu crescimento pessoal e profissional é gratificante porque você vai acompanhando o crescimento das suas habilidades e também é muito frustrante porque vivemos em um ambiente preconceituoso em que as pessoas, em que os colegas e os próprios professores desconhecem, não sabem como trabalhar com esse aluno especial. Eu tive dificuldade ano passado pois eu era regente da sua turma. Hoje como professora de apoio eu vejo a necessidade dessa inclusão ser realmente ampla como, por exemplo, com os colegas de sala. Não é todo colega que a enxerga. Eu sofro isso com ela (RELATO 1, 2019).

Mantoan (2006) denuncia que o discurso de que somos todos iguais nos nega nossas diferenças. Legítima um discurso excludente e normativo que por sua vez gera desigualdade social. A escola precisa se preocupar com essas questões também para que a inclusão não se torne uma questão de fazer apenas pelo ato de fazer.

Dando continuidade a entrevista, a professora foi questionada sobre a relação que a escola possuía com o tema acessibilidade:

Vejo com muitas falhas. A escola em si tinha que oferecer mais a esses alunos, mais materiais, equipamentos ... Acho que a escola deveria oferecer isso de forma mais ampla, mais cotidiana. Apesar de que não é só a escola a única culpada, mas o governo também. Deveríamos ter mais verba para trabalharmos melhor com o aluno. Tudo bem que ela tem uma sala de apoio em outra escola, mas a gente aqui deveria ter mais ferramentas para trabalhar com ela (Leila). E também ter projetos que sejam voltados para interação, de conscientizar mais a escola como um todo, na própria sala de aula. E nesse ponto falhamos muito,

como professores e como escola (RELATO 2, 2019).

O principal desafio da inclusão escolar é estrutural, contudo, devemos reconhecer os avanços no campo da legislação para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e reconhecer o esforço por partes dos educadores. Entretanto, observamos contradições e empecilhos na implementação de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos já que apenas introduzir o aluno com deficiência em uma sala regular não garante aprendizagem ou socialização (MATOS; MENDES, 2015).

Além de incluir o aluno no sentido de inseri-lo no espaço, também é necessário que busquemos integrá-lo aos elementos escolares (espaço físico, metodologia, projeto pedagógico, etc.). Como pontuado pela fala da professora, falta uma contrapartida do Poder Público, uma vez que é ele que detém o controle dos recursos (material e financeiro) e das políticas públicas. Lembrando que é dever do Estado a responsabilidade pela oferta de um ensino de qualidade para todos, assim como determina a Constituição. Logo, a responsabilidade deve ser dividida: o Estado investe na qualificação dos profissionais, dando suporte e fiscalizando, cabendo aos docentes a escolha metodológica que mais se adeque a sua realidade. De nossa parte o primeiro passo foi dado.

Conversa nº 02: Dialogando com a família

O próximo relato que gostaria de apresentar é o da mãe de Leila, Valéria. Durante nossa conversa pude perceber uma mulher de energia forte e bastante presente na vida escolar da filha. Começamos o diálogo resgatando algumas narrativas maternas sobre a trajetória de Leila desde seu nascimento até chegar a E.E. Mendes Pimentel (MG):

Leila nasceu de cesárea e correu tudo tranquilo. Só depois do nascimento que eles suspeitaram de uma síndrome a esclarecer. Até hoje não tem um diagnóstico fechado e aí fomos amparando ela de acordo com a recomendação médica: fonoaudiólogo, T.O. (terapia ocupacional), inclusão na escola, fisioterapia, estímulos. A gravidez foi toda tranquila, mas ela nasceu com atrasos neurológicos. Na verdade, no início, eu pensei em colocá-la em uma escola especial, mas segui a orientação do neurologista de experimentar uma escola normal, para ver se ela progredia e pra ver a socialização dela (RELATO 3, 2019).

Veiga-Neto (2001) pontua a resistência e dificuldades de se legitimar a inclusão em classes regulares de ensino:

[...] parece ser mais difícil ensinar em classes inclusivas, classes nas quais os (chamados) normais estão misturados com os (chamados) anormais, não é tanto porque seus (assim chamados) níveis cognitivos são diferentes, mas, antes, porque a própria lógica de dividir os estudantes em classes - por níveis cognitivos, por aptidões, por gênero, por idades, por classes sociais etc. - foi um arranjo inventado para, justamente, colocar em ação a norma, através de um crescente e persistente movimento de, separando o normal do anormal, marcar a distinção entre normalidade e anormalidade (VEIGA-NETO, 2001, p. 25).

O decreto nº 7611 de 2011 destaca a função complementar do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e não substituto ao ensino regular. A primeira barreira para o aluno com deficiência é encontrar um espaço que forneça condições mínimas para o ensino-aprendizagem, apesar deste fato não ter impedido a mãe de Leila de trazê-la até a E. E. Mendes Pimentel, mesmo reconhecendo suas limitações:

A escola a acolheu muito bem, mas eu senti que não estavam totalmente preparados para ela. Seria uma novidade para a escola, por se tratar de uma adolescente especial, mas eu vejo que eles correm atrás. Lógico que às vezes não tem como assessorar em tudo, financeiramente, material mais apropriado... A Leila precisa muito de coisas concretas porque assim ela retém melhor, mas eu vejo que a escola me procurou para saber o que eu posso trazer, vão atrás de coisas para ela (RELATO 4, 2019).

As lacunas que o sistema educacional apresenta não podem ser impedimento para a inclusão. Contudo, alguns pontos desse trecho trazem questões importantes para a E. E. Mendes Pimentel: Quais são os aparatos de apoio disponíveis? A formação dos profissionais permite atender um aluno com alguma deficiência ou especificidade funcional?

Os espaços vazios encontrados diante da inclusão não têm sua origem apenas nas especificidades dos alunos ou na falta de formação de professores ou gestores. Existe também uma relutância na concretização da política de inclusão porque, de acordo com Vargas e Rodrigues (2018), a escola não foi constituída para os “indomáveis” e “inadestráveis”. A escola foi pensada para docilizar os corpos e adestrar as mentes.

A conversa com a mãe da discente foi finalizada com a mesma pergunta feita para a professora Vanessa, se ela consideraria útil que a escola possuísse um grupo dedicado a questões de

acessibilidade:

Com certeza. Seria de grande ganho não só para os pais e professores como também para ela como aluna. Ela se sente olhada, tendo atenção, demonstra pertencimento... A troca de experiências também seria de grande ganho entre pais, professores, alunos porque vamos aprendendo assim. É muito interessante ter isso pra escola sim. Eu como mãe me sentiria muito mais acolhida com esse projeto (RELATO 5, 2019).

Esse trecho da conversa com Valéria faz relação com a fala de Santos (2007) que nos convida a buscar pistas e sinais para a possibilidade de deslocamentos e ações, que ele denomina “ainda-não”. Eles servirão de ponto de partida para uma ação coletiva que nos aponte para as possibilidades de encaminhamento dos problemas que aquele grupo enfrenta. É isso que precisamos fazer na escola: reconhecer diferenças, limitações, mudar concepções e construir em conjunto uma instituição melhor.

Mantoan (2006) nos diz que é muito cômodo jogar a culpa da ausência de acessibilidade e inclusão na falta de formação e despreparo dos professores. A escola de qualidade precisa de uma reorganização para melhorar o atendimento ao aluno. É preciso sair do comodismo e de fato agir. Cito uma iniciativa semelhante como a de Jesus e Effgen (2012) que produziu resultados animadores e tomando como partida esses relatos podemos fazer o exercício do “ainda-não” e buscar possibilidades criativas.

A escola precisa se antecipar a determinadas situações para romper com a lógica capitalista de oferta e procura de ações que por direito devem estar desde o início de sua concepção. Santos (2007) ainda nos propõe redes de encontros (saberes, fazeres, reflexões, metodologias, estratégias, etc) como uma forma de ação docente dentro do tema da diversidade como forma de criar sujeitos coletivos.

Conclusões

Ao ser aceito no PEQui/UFRJ a minha temática inicial de interesse era a área de linguagens, mais especificamente as interações discursivas que advém da sala de aula. Porém, entre idas e vindas acadêmicas me vi em uma espécie de crise de pesquisa sem saber se continuaria atuando nessa área ou mudaria de rumo. Fazer parte de uma iniciativa da UFRJ chamada “Facilitadores

de Aprendizagem” notei que estava frente a um desafio que poderia render mais frutos à minha formação como docente e por que não dizer também como pessoa. Conhecer a minha orientadora, ter uma aluna como a Leila e ler o relato de Dubochet me mostrou que o sujeito com algum tipo de disfunção de aprendizagem não segue um arquétipo definido, podendo ser qualquer um e podendo desenvolver habilidades que permitam ir além do que o sistema espera dessas pessoas. É uma temática nova e bastante empolgante.

Pelo que foi apresentado até então nesse trabalho, o plano de ação para a escola envolve a criação de um grupo de acessibilidade para que professores, alunos e pais possam dialogar sobre essas questões de modo que a escola se torne cada vez mais humana e inclusiva. Esse grupo pretende ser um espaço de reflexão para que a comunidade escolar coletivamente cresça e que seja um legado para as próximas gerações de profissionais que possam escolher o local como seu ambiente de transformação afinal de contas a escola também é um local de formação e transformação docente, pois permite que práticas pedagógicas sejam desconstruídas e reconstruídas várias e várias vezes sendo um locus imprescindível de reflexão.

Os docentes da E. E. Mendes Pimentel reconhecem que é necessário um projeto que aborde a acessibilidade no ambiente escolar de forma mais ampla. Portanto, espera-se que a partir deste relato e das discussões realizadas aqui, outros trabalhos a respeito da questão da presença e inclusão nos espaços acadêmicos e escolares sejam desenvolvidos e as discussões da educação inclusiva sejam realizadas de modo contínuo e amplo.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio do Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Arte (GIEESAA), a CAPES e principalmente ao Colégio Estadual Mendes Pimentel-MG.

REFERÊNCIAS

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

JESUS, D. M.; EFFGEN, A. P. S; Formação docente e práticas pedagógicas: conexões, possibilidades e tensões. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. EDUFBA, Salvador, 2012, p. 17-24.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA Lei nº 8069/90 (1990).

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_contentview=article&msg=1&id=12907:legislacoes&catid=70legislacoes.

CASTRO, D.; NOVO, B. **Relato de experiência discente sobre uma inclusão docente**, V Encontro em Diversidade e Inclusão da UFF: reunindo saberes, 2018.

EFE BRASIL, **Ganhador do Nobel de Química relata difícil escolaridade por dislexia**, 2017. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/brasil/varios/ganhador-do-nobel-de-quimica-relata-dificil-escolaridade-por-dislexia/50000250-3399173>>. Acesso em: 5 out. 2018.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Teacher Demands Resulting from School Inclusion. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-22, Mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 26 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000100002>.

MEDEIROS, E. C. M. R. **Discentes com dislexia na Universidade**: um estudo de caso. 2017. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

VARGAS, T. B. T.; RODRIGUES, M. G. A. Mediação escolar: sobre habitar o entre. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230084, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100270&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2019. Epub Dec 03, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230084>.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **Desenvolvimento de uma ação pedagógica baseada em relatos de experiências de uma escola pública de Belo Horizonte (MG)**. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição **Instituto de Química (IQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**. Os objetivos deste estudo são **fornecer relatos de experiências** a fim de **produzir um plano de ação pedagógica a ser aplicado na Escola Estadual Mendes Pimentel**, e fazem parte do projeto de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino de Química da UFRJ. Sua participação nesta pesquisa consistirá em **fornecer um depoimento acerca da sua relação com a educação inclusiva para elaboração da ação pedagógica**. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação caso seja o desejo do participante.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis **Anderson Rodrigues Ramos** e **Priscila Tamiasso-Martinhon** através dos e-mails: rdgs.anderson@gmail.com ou pris-martinhon@hotmail.com.

Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, implicações e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20__.

Conversa nº 01

Local: E.E. Mendes Pimentel

Data: 19/03/2019

Hora: 12h00min.

Duração: 9 minutos.

Pesquisador: Anderson Rodrigues.

Entrevistada: Vanessa (nome fictício)

Pesquisador: Só para deixar registrado e como foi explicitado antes, esse relato será utilizado para orientar a elaboração de uma ação pedagógica aqui na escola Mendes Pimentel como parte do projeto de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Farei umas perguntas para você e pode responder da forma que desejar.

Entrevistada: Sim.

Pesquisador: A primeira pergunta é: como é acompanhar um aluno com necessidades especiais?

Entrevistada: Para o meu crescimento pessoal e profissional é gratificante porque você vai acompanhando o crescimento das suas habilidades e também é muito frustrante porque vivemos em um ambiente preconceituoso em que as pessoas, em que os colegas e os próprios professores

desconhecem, não sabem como trabalhar com esse aluno especial.

Eu tive dificuldade ano passado que era minha aluna como regente de aula. Hoje como professora de apoio eu vejo a necessidade dessa inclusão ser realmente ampla como, por exemplo, com os colegas de sala. Não é todo colega que a enxerga. Eu sofro isso com ela.

Pesquisador: O caso da invisibilidade do aluno especial...

Entrevistada: Porque às vezes não é por culpa deles, mas por nossa falta de conhecimento em relação a ela. Muitas vezes o colega de sala não sabe como conversar com ela e nem o que conversar com ela e os professores também. Eles ficam receosos. Não sabem lidar com essa diferença. Se é que é diferente né? Não podemos tratar como diferente. São como nós.

Pesquisador: Até porque o que é diferente e o que é normal? Quem define isso?

Entrevistada: Pois é. E assim eu vejo o crescimento dela todos os dias, o caminho é muito gratificante e a experiência é muito grande. Hoje, por exemplo, ela me surpreendeu. Ela tem muito mais habilidades que a gente imagina. Eu consegui hoje fazer com que ela contasse (a lição) tudo certinho e eu fiquei muito feliz. Isso me fez ser útil, diferentemente de ser regente de sala onde a gente vê mais o desinteresse dos alunos e não o seu crescimento, mas com ela estou vendo.

Pesquisador: Muito bem. A segunda pergunta é: como é sua convivência com a Leila? Como você vê a relação dela com a escola?

Entrevistada: Vejo que melhorou bastante. Do ano passado para cá a socialização dela melhorou bastante, mas ainda pode ser melhor à medida que vamos lidando com ela. Hoje ela já tem menos vergonha, receio de falar com você bom dia e às vezes essa timidez vem melhorando muito. E hoje falei com ela que não sabia falar meu nome, mas conseguiu escrever. Apesar disso ela ficou eufórica com o feito. Creio que a socialização dela vai melhorar muito. Só é uma pena

que ela logo sairá da escola.

Pesquisador: E você só acompanha a Leila na escola?

Entrevistada: Sim, somente ela.

Pesquisador: E há outros alunos especiais na escola imagino...

Entrevistada: Sim.

Pesquisador: Terceira pergunta: Como você percebe a relação da Mendes Pimentel com o tema da acessibilidade?

Entrevistada: Vejo com muitas falhas. A escola em si tinha que oferecer mais a esses alunos, mais materiais, equipamentos,... Acho que a escola deveria oferecer isso de forma mais ampla, mais cotidiana. Apesar de que não é só a escola a única culpada, mas também o governo também. Deveríamos ter mais verba para trabalharmos melhor com o aluno. Tudo bem que ela tem uma sala de apoio em outra escola, mas a gente aqui deveria ter mais ferramentas para trabalhar com ela (Leila). E também ter projetos que sejam voltados para interação, de conscientizar mais a escola como um todo, na própria sala de aula. E nesse ponto falhamos muito, como professores e como escola. Acho que deveríamos ter mais formas de integrar essa aluna com o restante do ambiente da escola.

Pesquisador: Pergunta final: Você acha que a criação de um grupo na escola que juntasse professores, pais, a comunidade escolar que abordasse as questões de acessibilidade e inclusão seria útil para a escola?

Entrevistada: Nossa, seria bastante. Acho que seria excelente que tivéssemos esse projeto que trabalhasse com todos os alunos e professores.

Pesquisador: Além de discutir essas questões o grupo teria outras linhas de ação como a criação de um dia de visibilidade, tentar traçar um perfil de necessidades pedagógicas, parcerias com cursos de Licenciatura, melhorias nas dimensões de acessibilidade, etc... Alguns professores já se mostraram propensos a participar.

Entrevistada: Seria excelente mesmo. Pode contar com meu apoio.

Conversa nº02

Local: E.E. Mendes Pimentel

Data: 20/03/2019

Hora: 11h45min.

Duração: 6 minutos.

Pesquisador: Anderson Rodrigues.

Entrevistada: Valéria (nome fictício)

Pesquisador: Só para deixar registrado e como foi explicitado antes, esse relato será utilizado para orientar a elaboração de uma ação pedagógica aqui na escola Mendes Pimentel como parte do projeto de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Farei umas perguntas para você e pode responder da forma que desejar.

Entrevistada: Sim.

Pesquisador: A primeira pergunta que eu quero fazer é: o que você pode nos contar sobre a Leila?

Entrevistada: A Leila nasceu de cesárea e correu tudo tranquilo. Só depois do nascimento que eles suspeitaram de uma síndrome a esclarecer. Até hoje não tem um diagnóstico fechado e aí fomos amparando ela de acordo com a recomendação médica: fonoaudiólogo, T.O. (terapia ocupacional), inclusão na escola, fisioterapia, estímulos. A gravidez foi toda tranquila, mas ela

nasceu com atrasos neurológicos. Na verdade, no início, eu pensei em colocá-la em uma escola especial, mas com a própria orientação do neurologista de experimentar uma escola normal para ver se ela progredia e pra ver a socialização dela. E desde o início a Leila se deu muito bem nessa questão. Na alfabetização não, porque realmente existe uma grande diferença, não acompanha a idade. Aí fui procurando escolas, fiquei bastante perdida tentando acertar, levei em escolas que chegaram, não de maneira clara, a me sugerir que tirasse ela da escola porque não estavam conseguindo lidar com a situação da Leila. Na escola particular isso. Então a levei para escola municipal onde foi bem recebida. Não foi possível a alfabetização apesar do trabalho feito na escola que tentou ao máximo para que isso acontecesse. Já a socialização foi progredindo aos poucos até chegar aqui na Mendes Pimentel.

Pesquisador: Como você, como a mãe da Leila, vê a relação dela com a escola? O trato com ela e o preparo da escola para atender as necessidades da Leila.

Entrevistada: A escola a acolheu muito bem, mas eu senti que não estavam totalmente preparados para ela. Seria uma novidade para a escola, por se tratar de uma adolescente especial, mas eu vejo que eles correm atrás. Lógico que às vezes não tem como assessorar em tudo, financeiramente, material mais apropriado... A Leila precisa muito de coisas concretas porque assim ela retém melhor, mas eu vejo que a escola me procurou para saber o que eu posso trazer, vão atrás de coisas para ela.

Em termos de socialização eu até que nunca me preocupei tanto porque vejo que a interação não parte sempre dela, os adolescentes tentam se aproximar dela. Ela tende a não dar muito retorno se não for algo do interesse dela, mas a escola amparou sim. Entretanto, mesmo assim eu sinto que falta muito. Em termos de preparação profissional, não porque não queiram buscar, mas porque não tem um suporte.

Pesquisador: Você acha que a criação de um grupo na escola que reunisse professores e pais, a comunidade escolar e que abordasse estas questões de acessibilidade e inclusão seria útil para a escola?

Entrevistada: Com certeza. Seria de grande ganho não só para os pais e professores como também para ela como aluna. Ela se sente olhada, tendo atenção, demonstra pertencimento... A troca de experiências também seria de grande ganho entre pais, professores, alunos porque vamos aprendendo assim. É muito interessante ter isso pra escola sim. Eu como mãe me sentiria muito mais acolhida com esse projeto.